

### 3

## O gênero e a compreensão leitora

Achamos conveniente destacarmos o estudo do gênero como um elemento a mais nesta pesquisa, já que os tipos genéricos fazem parte do conhecimento coletivo, o que poderia, conforme van Dijk (2004), facilitar a compreensão de um texto.

Relembramos que este estudo se baseia em resumos de um texto do gênero artigo de opinião que se manifesta sob a forma do discurso argumentativo. Partimos da hipótese que o resumo do texto fonte e o estudo de suas características vão nos ajudar a perceber se os sujeitos participantes da pesquisa alcançaram ou não a compreensão do texto. Sabemos que resumos, por sua vez, são gêneros que ganham cada vez mais importância e atenção, tanto por representarem economia de tempo e esforço na circulação de informação no meio eletrônico em geral quanto por possibilitarem uma demonstração de compreensão de um discurso. Por esses motivos, consideramos importante situar tanto um – o artigo de opinião, gênero típico do discurso argumentativo –, como outro – o resumo –, sob a luz da abordagem teórica sobre gêneros textuais.

Como já dito, a estrutura textual de um gênero ajuda os leitores a fazerem previsões de conteúdo, já que, se foram expostos a um gênero, estão familiarizados com sua estrutura e a reconhecem. Smith (2003) diz que os gêneros cumprem importante função para a compreensão de textos e que, se não há conhecimento das estruturas relevantes de um gênero, não há possibilidade de compreensão. O conhecimento do gênero pode, conforme van Dijk (2004), facilitar a compreensão de um texto. Pesquisas indicam que a compreensão dos leitores é “muito similar às próprias estruturas” (p.61) do texto em questão. Isso se deve ao fato de que estruturas do discurso fazem parte da organização do conhecimento de mundo de cada pessoa: “Quanto mais podemos antecipar e empregar as estruturas formais que um autor

utiliza, mais podemos compreender e recordar do que lemos, uma vez que as estruturas também formam a base de nossa compreensão e recordação” (p.61).

Vários teóricos estudam o conceito de gênero e tentam defini-lo dentro de uma ou outra perspectiva. Destaca-se dentre eles Mikhail Bakhtin, que desenvolveu sua pesquisa principalmente focada na orientação dialógica do discurso. Bakhtin (2003, p. 279) define gêneros como “tipos relativamente estáveis de enunciados” e salienta que é através de enunciados orais e escritos que a língua se manifesta. Os gêneros refletem as diversas condições e finalidades das esferas da atividade humana por sua construção composicional e pela seleção de determinados recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais.

Os gêneros fazem parte de nossas atividades e é por meio deles que organizamos estruturalmente nossas práticas linguístico-sociais. Os textos produzidos na sociedade são fatos sociais que se manifestam por meio de algum gênero. A situação retórica de um texto é importante, pois é por meio dela que vamos identificar as características do contexto, das demandas situacionais identificadas e operadas pelos usuários, a motivação e os efeitos pretendidos e/ou percebidos pelos participantes do discurso.

Bakhtin (2003) defende que o estudo da natureza de cada enunciado é importante para o campo da Linguística, pois a investigação linguística “opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais)” (p. 264). A nosso ver, é a partir da estrutura representada por determinado gênero discursivo que vamos organizar e preparar nosso pensamento para a recepção e interpretação de determinado conteúdo. A leitura de um gênero vai ser, de alguma forma, influenciada pelo pré-conhecimento de sua organização textual. Fundamentados na concepção de que o tipo de discurso é importante na formação de sentidos de um texto, abordaremos o gênero artigo de opinião, em que predominam sequências do tipo argumentativo, e suas propriedades estruturais, como forma de entender os elementos constitutivos desse gênero que possam facilitar a compreensão leitora.

### 3.1 Considerações sobre o texto argumentativo

O discurso argumentativo se constitui pela escolha do autor em apresentar suas idéias em estruturas construídas sob a ótica da persuasão. O autor, quando se utiliza da argumentação, procura convencer seu interlocutor do seu ponto de vista. Koch (2008) afirma que argumentar é “orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões” e por esse motivo constitui-se um “ato linguístico fundamental” (p. 17) que é permeado por uma ideologia. Segundo Charaudeau (2008), o modo argumentativo do discurso é o mais difícil de ser abordado, por lidar com operações mais complexas do pensamento. A argumentação é um modo de organização do discurso que vem sendo estudado desde a Grécia Antiga, com os filósofos que formulam as regras retóricas ou a arte de persuadir. A persuasão, para os Gregos, era uma “técnica demonstrativa suscetível de dizer a verdade, daquilo que derivava da interação dos espíritos” (CHARAUDEAU 2008, p.202). A interação social do homem pela linguagem acontece principalmente pelo discurso argumentativo. É por meio da argumentação que o ser humano forma juízos de valor, avalia, critica, julga ações no mundo. Toda a ação verbal, num discurso argumentativo, pressupõe uma intencionalidade planejada no sentido de exercer influência sobre o outro.

Argumentar, para Charaudeau, é uma atividade discursiva que tem a intenção de buscar uma verdade, apresentada pelo locutor ao mundo, através de um jogo de raciocínio lógico e não contraditório. O discurso argumentativo objetiva influenciar o interlocutor, de forma a provocar, por meio da persuasão, uma mudança de comportamento. A argumentação é direcionada à capacidade de refletir e compreender do interlocutor, ao seu raciocínio. O autor postula que, para haver argumentação, são necessários: 1) uma proposta que provoque em alguém um questionamento em relação à sua legitimidade a respeito do mundo; 2) um sujeito que desenvolva um raciocínio na busca da verdade, própria ou universal, da proposta; 3) um outro sujeito, como alvo da argumentação, engajado na proposta de questionamento e verdade, ou seja, a pessoa a quem se dirige o argumentador e que pode aceitar ou refutar a argumentação.

A argumentação pretende “estabelecer relações de causalidade diversas” entre asserções. A razão persuasiva, veiculada pelo sujeito que argumenta, tenciona estabelecer, através de argumentos, uma prova que dê justificativa às asserções e às relações de causalidade que unem as mesmas.

Para Charaudeau, os componentes da lógica argumentativa se apresentam da seguinte forma: “uma asserção de saída (dado ou premissa), uma asserção de chegada (conclusão ou resultado), e uma (ou várias) asserção de passagem que permite passar de uma a outra (inferência, prova, argumento)” (2008, p. 209). A organização da lógica argumentativa também é constituída por modalidades ou condições de realização que definem “o lugar e a função do argumento de inferência numa relação argumentativa” (p.212). O vínculo entre a premissa e a conclusão pode ser realizado pelas ordens do que é possível, provável ou presumido, ou pela ordem do necessário, do indiscutível e do exclusivo. O eixo do possível revela que a premissa pode ter mais de uma conclusão. O eixo do necessário demonstra que a conclusão para a premissa é única. Um outro componente da lógica argumentativa é o valor de verdade, ou seja, “o conjunto da relação argumentativa que está sob o “escopo” do valor de verdade: “para todos os casos” (generalização), “para um caso específico” (particularização), “para um caso suposto” (hipótese)” (p.213).

A argumentação é um modo de operação do discurso guiada por um raciocínio lógico argumentativo. São modos operativos: a dedução, a explicação, a associação, a escolha alternativa e a concessão restritiva. A dedução é um modo de raciocínio que parte da premissa, por meio de uma inferência, para chegar a uma conclusão. Tanto a premissa como a conclusão estão em uma relação de “causalidade orientada da causa para a consequência”. A explicação também se baseia na premissa para chegar à conclusão: no entanto, a conclusão é a origem ou a razão e causa mental para a consideração da premissa, por meio de uma inferência. Neste caso, a premissa e a conclusão estão em uma “relação de causalidade orientada da consequência para a causa”. A argumentação por associação apresenta a premissa e a conclusão numa relação de contraste ou identidade. A argumentação por escolha alternativa vai opor duas relações argumentativas. No caso da concessão restritiva, a premissa é colocada

como verdadeira, ao mesmo tempo em que há a retificação da relação argumentativa. Isto é, a conclusão pode ser negada ou modificada.

Sob o ponto de vista de Charaudeau, para que ocorra uma asserção argumentativa é necessário que esta esteja inserida dentro de determinados parâmetros. O argumentante vai utilizar certos procedimentos semânticos, discursivos e de composição pertencentes à “encenação argumentativa”. Para isso, apresentará primeiramente uma “proposta”, ou seja, uma ou mais asserções que se referem aos fenômenos do mundo numa relação argumentativa. Nesse caso, é necessário que o sujeito se posicione em relação a esta proposta e relacione-a a uma “proposição”. A proposição possibilita que o sujeito argumentante desenvolva a argumentação em uma ou outra direção, adotando uma posição em relação à proposta. Para que o sujeito dê veracidade à sua proposta, é necessário que ele configure um ato de “persuasão” para estabelecer a prova daquilo que ele acredita ser verdadeiro.

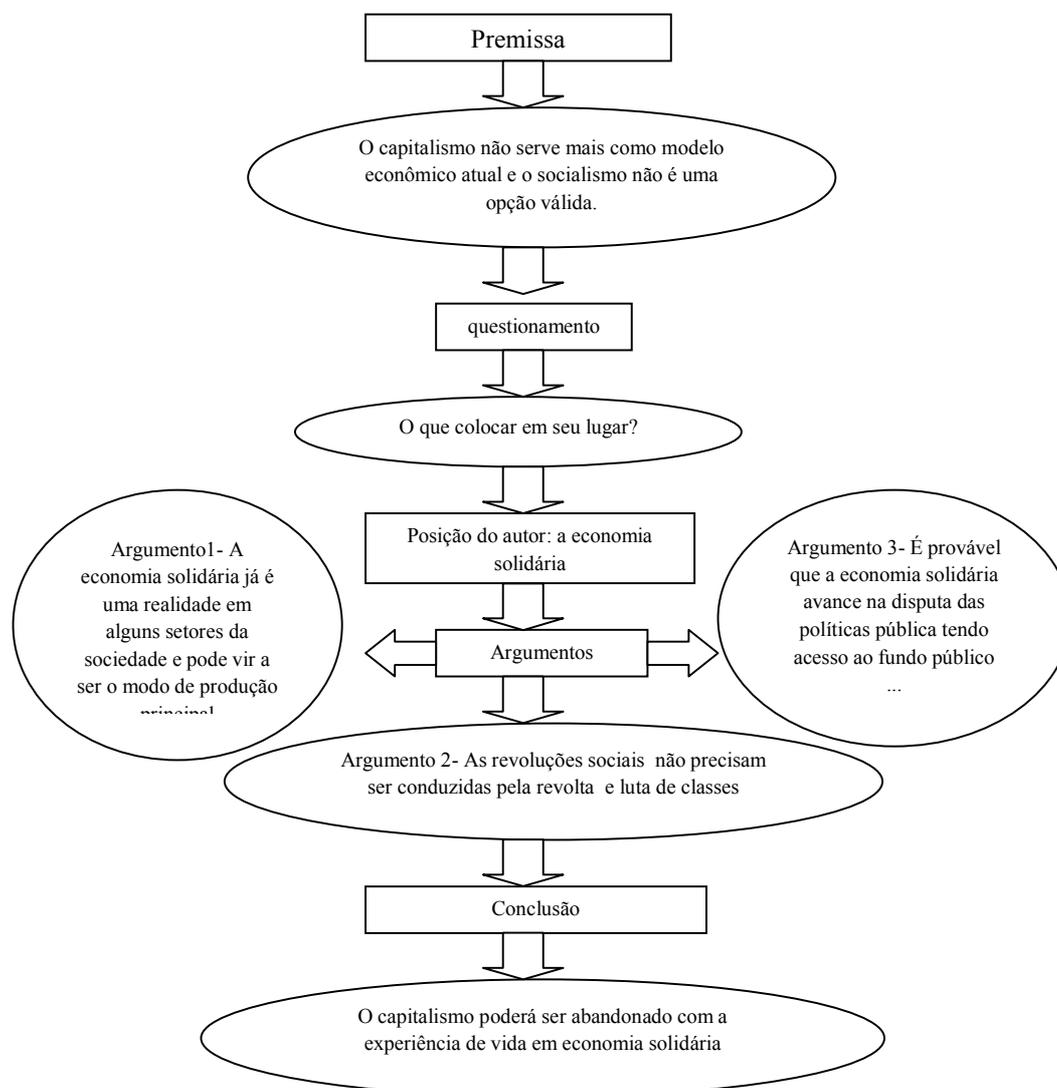
No processo argumentativo é esperado que o sujeito tome posição em relação à veracidade da proposta através do questionamento. Este posicionamento pode se configurar numa tomada de posição ou não. Caso tome posição, o sujeito se manifestará a favor ou contra a proposta; caso não tome posição, o sujeito revê os prós e os contras.

Charaudeau ainda destaca os procedimentos que indicam o valor de uma argumentação e mostram que o questionamento, ou proposição, é justificado pela prova. Esses procedimentos são semânticos, discursivos ou de composição. Os primeiros utilizam um argumento consensual num dado contexto social. Os discursivos dizem respeito à utilização de certos modos de organização de discurso, como o uso de figuras de retórica, com o propósito de gerar o efeito persuasivo. Os procedimentos de composição da argumentação se referem à repartição, distribuição e hierarquização dos elementos argumentativos em um texto e facilitam a localização das articulações do raciocínio e a compreensão das conclusões da argumentação.

A composição linear possibilita organizar os argumentos por cronologia. Para o autor, a sucessão ocorre em três etapas. O começo expõe os elementos da proposta e

da proposição. A transição passa de um momento da argumentação a um outro que propõe inserções ou acontece no interior do modo de raciocínio. O fim apresenta o último momento da argumentação, que pode ser também parte dela, não coincidindo com a conclusão da proposta.

Na figura a seguir apresentamos nossa análise do modo de composição do texto “Economia Solidária”, usado para obtenção dos dados desta pesquisa. Trata-se de uma representação esquemática da estrutura argumentativa do artigo de opinião que serviu de fonte para os resumos. Seguimos, para essa análise, a proposta de estrutura de Charaudeau (2008) composta por premissa, questionamento, argumentos, conclusão.



### 3.2

#### Considerações sobre o gênero resumo

Dissemos anteriormente que nosso objetivo ao analisar os resumos resultantes da leitura de um texto argumentativo foi verificar se houve a compreensão do texto lido. Nesta seção, nos preocupamos em definir o nosso objeto de estudo, o resumo. Primeiramente numa perspectiva Psicolinguística, abordamos o resumo como um modelo de compreensão de um texto. A seguir, definimos resumo conforme manuais didáticos e a ABNT e finalizamos com o tratamento do sumário pela área de sumarização automática dentro da Linguística Computacional.

Ao analisarmos o resumo, baseamo-nos na abordagem de van Dijk (2004), no que se refere ao conceito de macroestrutura. Em termos psicolinguísticos, a compreensão do discurso é vista como um processamento mental estratégico, que gera uma representação conceitual, ou modelo, do discurso na memória. A definição de Field (2004) complementa esta idéia. O autor descreve um modelo mental como uma representação do que é essencial em um texto, acrescido de informações adicionais, advindas das inferências e conhecimento de mundo do leitor. Field afirma que um modelo está em contínua transformação, à medida que as informações do texto estão sendo integradas a ele. O processo de construção desse modelo é elaborativo, porque acrescenta inferências para tornar o discurso coerente; integrativo, porque adiciona e relaciona as informações que vão sendo processadas; e seletivo, porque reduz a informação ao que é essencial e relevante.

Conforme já citado no capítulo 2 e de acordo com Mani & Maybury (2001), foram van Dijk e Kintsch que iniciaram as pesquisas sobre o processo de sumarização humana do ponto de vista psicológico. Ao fazerem experimentos, eles chegaram à conclusão de que as pessoas se utilizam de estruturas conceituais para a compreensão de um texto. As pesquisas nesse campo demonstraram que criamos uma organização hierárquica do discurso, a qual possibilita a recuperação das informações, através de inferências, na memória. van Dijk (2004, p.160) assume que “adicionalmente à representação mental do texto, os usuários da língua constroem um modelo de

situação sobre a qual o discurso versa”. Para van Dijk, a coerência do discurso se deve ao modelo do mesmo na memória.

Partimos do pressuposto de que a compreensão de um texto somente ocorre se o usuário for capaz de recuperar as informações do texto fonte num resumo coeso e coerente, que possua as idéias principais do texto fonte. Ao ler e compreender um texto, espera-se que o leitor construa um resumo mental que represente a macroestrutura do texto, portanto, que contenha suas informações principais. Como já visto, a macroestrutura, segundo van Dijk (1983), é a representação semântica que indica a coerência de um discurso. “Mais completamente, uma macroestrutura é tipicamente expressa pelo resumo de um discurso” (KINTSCH & VAN DIJK, 1978; REDER & ANDERSON, 1980; VAN DIJK & KINTSCH, 1978 apud VAN DIJK, 2004, p. 52).

Retomando o conceito de macrorregras (ver seção 2.2), o leitor, ao reduzir uma informação, se utiliza de regras recursivas e inconscientes que aplica no processo de sumarização nos diferentes tipos de textos. Essas macrorregras são descritas mais detalhadamente conforme Fávero & Koch, (1983, p. 87):

- 1) Apagamento- dada uma sequência de proposições, eliminam-se todas as proposições que não constituam pressuposição para as proposições subseqüentes.
- 2) Generalização- dada uma sequência de proposições, constitui-se uma proposição que contenha conceitos transmitidos na sequência de proposições e substitui-se a sequência original pela proposição assim constituída.
- 3) Construção- dada uma sequência de proposições, constrói-se uma proposição que denote o mesmo fato denotado pela união das proposições e substitui-se a sequência original pela nova proposição.

van Dijk (2004) afirma que as macrorregras são regras de segunda ordem, que ocorrem depois da interpretação de sentenças e pares de sentenças, suprimindo-se as

informações desnecessárias para a compreensão de um discurso. Elas são operações realizadas com base no conhecimento de mundo. As macrorregras generalizam, “agrupam condições, componentes, ou conseqüências de alguma ação ou evento, como uma ação total” (p. 52), e resultam numa macroproposição.

Machado (2002) comenta que estas mesmas regras postuladas por van Dijk passaram, mais tarde, a serem tratadas como estratégias de caráter recursivo. Estas estratégias começaram a ser tratadas de forma flexível, condicionadas ao objetivo da leitura, ao conhecimento prévio do leitor e à situação contextual, sem levar em conta a questão dos gêneros. Para a autora, é de fundamental importância a abordagem do gênero para a compreensão do processo de sumarização e para a elaboração de resumos.

Ela explica que as estratégias são guiadas pelo esquema superestrutural de cada tipo de texto, pelo objetivo da leitura e pelo conhecimento prévio do leitor. Estas estratégias auxiliam a elaboração de um resumo e compõem dois conjuntos: o apagamento e a substituição. As regras seletivas indicam as informações mais importantes do texto e fazem o apagamento das informações desnecessárias. As regras construtivas (de substituição) compreendem a construção de novas proposições pela substituição de informações pressupostas no texto, através da generalização ou substituição de asserções específicas por propriedades ou ações de aspecto mais geral. As estratégias de construção substituem uma seqüência de proposições por uma outra inferível.

Na literatura de orientação didática, temos a definição de resumo como um texto curto, criado a partir das idéias principais de um texto fonte. Medeiros (2006, p.121), por exemplo, define o resumo como “um tipo de redação informativo-referencial que se ocupa de reduzir um texto a suas idéias principais”. O autor considera o resumo uma paráfrase estrutural de um texto, por ser uma recriação do texto original.

Medeiros (idem) indica certos procedimentos a serem seguidos na confecção de um sumário. Primeiramente deve-se descobrir o plano da obra a ser sumarizada,

para depois saber do que trata o texto e o que o autor pretende demonstrar. Na sequência, deve-se prestar atenção à articulação do texto, às idéias principais e às palavras-chave. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as palavras-chave representam o conteúdo de um documento e são preferencialmente escolhidas em vocabulário controlado.

Ainda que possamos considerar que toda pessoa é capaz de, inferencialmente e por compreensão de um discurso, elaborar um resumo com certa facilidade e destreza, pesquisas na área e a própria experiência profissional desta pesquisadora como professora universitária da disciplina de leitura em língua estrangeira-ínglês, motivação inicial para esta pesquisa, demonstram que nem sempre é assim. Em Machado et al. (2008), as autoras compreendem que existem dificuldades na produção de resumos de maneira geral porque há “a falta de ensino sistemático desses gêneros que seja orientado por um material didático adequado” (p.13). Para preencher a lacuna que, segundo as autoras, o ensino deixa a esse respeito, elas propõem fases para a produção de um resumo. Para isso destacam a necessidade de um “estudo detalhado do texto” (p. 33), procurando identificar o gênero do texto a ser resumido, o meio de circulação, o autor, a data de publicação e o tema. Aprender as idéias principais de um texto, ou seja, saber encontrar o mais importante implica a compreensão do texto a ser resumido.

Em se tratando de textos argumentativos, as autoras acima citadas afirmam que é importante destacar o que é discutido no texto, a posição ou tese rejeitada pelo autor, a tese que ele sustenta, os argumentos de ambas as posições e a conclusão final do autor. Por fim, sugerem a supressão, conservação e reformulação de informações como estratégias na elaboração de um resumo. Estes passos seguem a lógica do apagamento e substituição preconizada por van Dijk, cuja aplicação varia de acordo com o tipo de texto, já que o resumo de um texto narrativo é estruturalmente diferente do que o de um texto argumentativo, por exemplo

Segundo o dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, os substantivos resumo e sumário são sinônimos, e tanto um como o outro termo são

apresentados como: “uma síntese que possui as idéias gerais e principais de alguma coisa”. O sumário ou resumo<sup>1</sup> para a Norma Técnica é um instrumento de trabalho para um pesquisador e possui características pré-determinadas. A norma NBR 6028:2003, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), diz que o resumo é uma “apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento”. Isso implica dizer que o resumo possui uma apresentação sucinta das idéias principais do autor de um texto. O resumo, nessa perspectiva, tem a finalidade de dar as informações necessárias para uma visão geral do conteúdo de um texto fonte. Nesta visão prática, a partir de um resumo, o leitor poderá decidir sobre a necessidade de leitura mais aprofundada ou não de determinado tópico veiculado num espaço social de interação.

Encontramos três tipos de sumário veiculados pela norma técnica (ABNT): o indicativo, o crítico e o informativo. O primeiro, também conhecido como descritivo, possui os tópicos principais de um texto ou documento mas, se for sumário de pesquisa científica, não possui detalhes de resultados, argumentos e conclusões. Para a ABNT, o sumário crítico é uma análise crítica de um texto, o que também chamamos de resenha. O sumário informativo ou analítico traz o objetivo, os métodos, as técnicas, os resultados e as conclusões de uma pesquisa.

Um experimento interessante com o uso de sumários informativos, conduzido por Cremmins (1996 apud MANI, I.; MAYBURY, M.T. 2001, Introdução, p. Xi) e que influenciou a pesquisa em sumarização automática é citado por Mani & Maybury (2001). Ao analisar sumários ou “abstracts” de textos científicos, produzidos por profissionais competentes na área, Cremmins chegou à conclusão de que eles se utilizam de características de nível superficial do texto para a confecção de um sumário, tais como a estrutura geral do texto, o título, as frases mais importantes e sua colocação no parágrafo. Estas estruturas vão gerar os componentes obrigatórios de um sumário informativo.

---

<sup>1</sup> Os termos resumo e sumário são utilizados alternadamente ao longo deste trabalho sem distinção específica.

Outra definição de resumo é a de Hutchins (1987, apud MARTINS et al., 2001), que considera o resumo um substituto do texto, na medida em que deve conter de forma reduzida todos os aspectos principais do texto fonte.

O próprio uso do termo “sumário” é um tanto confuso, visto que também temos a idéia de “índice” como equivalente a sumário no nosso frame mental. Sparck Jones (1993, apud MARTINS et al., 2001), por exemplo, diz que índices são utilizados para a classificação de documentos bibliográficos, enquanto sumários são textos que podem substituir o documento original. Sparck Jones (2001) define sumário como “uma transformação reduzida de um texto fonte que é sumarizado pela redução de conteúdo e pela seleção e/ou generalização do que é mais importante no texto”<sup>2</sup> (p. 1). O autor salienta que, apesar de ser simples e óbvio definir sumário, a sua elaboração é uma tarefa difícil que exige atenção. Para elaborarmos um sumário, temos que caracterizar o texto fonte como um todo para apreender o que seja mais importante em termos de conteúdo. A informação, o conteúdo e sua expressão, e a importância destes itens para estarem presentes num sumário, dependem do que é essencial e saliente num texto fonte.

Vimos que é consensual (e de certa forma óbvio) que, para compormos um resumo, é indispensável o reconhecimento das idéias principais de um texto. Também nos damos conta de que elaborar um resumo depende do conhecimento sobre os diferentes tipos de texto. Todos os autores concordam também que, para determinar os conteúdos principais de um texto, devem ser levados em conta os sinais superficiais estruturais e linguísticos presentes no texto, e que essa tarefa depende do conhecimento de mundo e domínio do assunto para a compreensão do texto fonte.

---

<sup>2</sup> “(...) a reductive transformation of source text to summary text through content reduction by selection and/or generalization on what is important in the source” (SPARCK JONES 2001, p.1).